

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N°021/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Camara Municipal de Faxinelzinho

ENTRADA Data

Autoriza o Município a custear despesas com a realização do exame toxicológico, e dá outras providências.

JAMES AYRES TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE

FAXINALZINHO, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear as despesas com a realização do exame toxicológico, a ser realizado em laboratório acreditado pelo órgão de trânsito, aos servidores públicos municipais, ocupantes dos cargos de motoristas e operadores de máquinas, habilitados nas categorias C, D e E, no momento da renovação de sua habilitação e quando da obrigatoriedade desse exame para exercer suas atividades junto ao Município.

Art. 2º - O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 3º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão a Lei de na orçamentária consignada dotação conta de

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINALZINHO, AOS 20 DE ABRIL DE 2021.

> JAMES AYRES TORRES Prefeito Municipal



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 021/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Município, através do Executivo, a custear as despesas com a realização do exame toxicológico aos servidores públicos municipais, ocupantes dos cargos de motoristas e operadores de máquinas.

Já há algum tempo os motoristas profissionais, aqui entendido como motoristas e operadores de máquinas, como sendo aqueles com habilitação nas categorias C, D e E, devem realizar o exame toxicológico.

Contudo, uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro tornou este exame obrigatório e numa periodicidade de dois anos e meio e, para aqueles cujo exame esteja vencido, terão o prazo até meados de maio para a realização deste exame, sob graves penas e consequências em caso de não realização.

Em que pese a redução no custo do exame este ainda representa um valor importante, de modo que o Município, com este projeto, busca autorização para custear esta despesa a todos os motoristas profissionais, servidores públicos efetivos, como sendo os ocupantes de cargo de motorista e operador de máquinas, com carteira nacional de habilitação nas categorias C, D e E.

Temos que com isto se garantirá a continuidade dos serviços prestados, sempre com muita dedicação e cuidado por parte dos nossos servidores, qualificando-o sempre.

Se trata de uma exigência legal, imposta por lei federal, que deve ser atendida, em curtíssimo espaço de tempo, sob pena de danos e consequências não somente ao motorista, mas ao município e a comunidade.

Temos que o Município custear as despesas com este exame contempla o interesse público.

Câmara Municipal de Faxinalzinho

APROVADO

Sindamir Ferreiro

procon

Publinei SoBiesti Daniel A Peros L.